Anais do XXVII Encontro de Iniciação à Docência
Pró-reitoria de graduação - ENID - 2025

https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/enid/index

RESUMO SUBMETIDO AO XXVII ENID - 2025 - UFPB
DIREITO AGRÁRIO E RELAÇÕES RACIAIS: INTERDISCIPLINARIDADE, INTERSECCIONALIDADE E TRANSVERSALIDADE APLICADAS EM ESTUDOS DE CASO

Emanuela Braga Costa Santos;
Jasmim Souza Novais;
Rodrigo Portela Gomes (Orientador).

Programa de Monitoria
CCJ - Centro de Ciências Jurídicas, Campus I - João Pessoa

RESUMO: A partir da percepção de que existe um persistente obstáculo no curso de Direito causado pelo silenciamento dos juristas perante a pauta racial, se faz necessário a alteração de metodologias, epistemologias e teorias que orientem a construção de pesquisas científicas, bem como denunciem a invisibilização da raça no aparato legal e do pensamento jurídico (Gomes, 2021). A fim de desenvolver a interdisciplinaridade e inserir a interseccionalidade entre a matéria de Direito Agrário e das Relações Raciais, buscamos em nossas ações de monitoria trabalhar com estudos de casos reais, sentenciados e com ampla divulgação jornalística a fim de possibilitar o acesso ao máximo de informações possíveis de modo prático. Dessa forma, os estudantes além de puderam analisar o discurso utilizado pelos meios de comunicação para divulgar os conflitos por terras de modo crítico, como também Para desenvolver o estudo de casos, utilizamos de dois métodos: I) a produção aproximada de uma peça processual em cartazes; e II) simulação de uma audiência de instrução a partir de um caso de retomada de posse. A partir das sustentações orais e das apresentações das equipes, observamos que durante o processo de monitoria, houve um maior engajamento dos discentes na disciplina, bem como um maior aproveitamento das matérias trabalhadas em sala de aula, sendo este um momento em que os discentes puderam refletir sobre o conteúdo da disciplina de Direito Agrário inserindo as teses estudadas em um contexto concreto, em diálogo com a materialidade, racialidade e os fatores socioeconômicos envolvidos. Sob a perspectiva do aproveitamento da monitoria como atividade formativa para nossa graduação, as dinâmicas trabalhadas permitiram uma visão aproximada do trabalho docente, participando de todas as etapas para a construção dos planos de aula elaborados para as duas atividades e auxiliando as etapas mais burocráticas, como a revisão de atividades submetidas pelos discentes durante o semestre acadêmico e a aplicação e supervisão de provas. As abordagens pedagógicas adotadas, com ênfase na interdisciplinaridade e nas relações raciais foram centrais para o aproveitamento da monitoria articulada à atividade docente. Diante do recorrente apagamento dos aspectos raciais nos estudos jurídicos, adotar essa perspectiva e metodologia nas funções da monitoria enriqueceu o aspecto formativo do programa, ampliando a visão crítica sobre o ensino do Direito e como a atividade docente pode se articular para remediar essa lacuna. Dessa forma, observamos que as atividades da monitoria foram capazes de auxiliar e reforçar, através de atividades práticas, a construção de uma formação crítica e transdisciplinar sobre a função social da terra, sobre o conceito de posse e propriedade e por fim, sobre o Direito. Palavras-chave: Ensino Jurídico; Direito Agrário; Relações Raciais; Interdisciplinaridade; Monitoria Acadêmica. REFERÊNCIA: GOMES, Rodrigo Portela. Cultura jurídica e diáspora negra: diálogos entre Direito e Relações Raciais e a Teoria Crítica da Raça. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1203-1241, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2179-8966-2021-59627.